



**INSTITUTO
FEDERAL**
Goiás

Vozes Docentes

Percepções de Professores de Matemática sobre a
Política de Avaliação de Mato Grosso



**Acelmo de Jesus Brito
Luciano Duarte da Silva**





INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|---|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☐ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☒ Produto Técnico e Educacional - Tipo: Material Instrucional | |

Nome Completo do Autor: Acelmo de Jesus Brito

Matrícula: 20231020340011

Título do Trabalho: **VOZES DOCE: Percepções de Professores de Matemática sobre a política de Avaliação de Mato Grosso**

Autorização - Marque uma das opções

1. (x) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. () Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. () Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- () O documento está sujeito a registro de patente.
() O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
() Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
- iv.

gov.br
Documento assinado digitalmente
ACELMO DE JESUS BRITO
Data: 03/05/2026 15:53:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Barrado Bugres, 03 / 05 / 2026.
Local Data

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|---|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☐ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☒ Produto Técnico e Educacional - Tipo: Material Instrucional | |

Nome Completo do Autor: Luciano Duarte da Silva

Matrícula: 1667955

Título do Trabalho: **VOZES DOCENTE: Percepções de Professores de Matemática sobre a política de Avaliação de Mato Grosso**

Autorização - Marque uma das opções

1. ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
☐ Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
- iv.

Programa de Pós-Graduação em Educação Para Ciências e Matemática

VOZES DOCENTES

Percepções de Professores de Matemática sobre a Política de Avaliação de Mato Grosso

Produto Educacional vinculado a Tese, “Impactos, Influências e Repercussões da Política de Avaliação Externa em Mato Grosso (Avalia MT) nos Processos de Ensino e Aprendizagem de Matemática”.

Acelmo de Jesus Brito
Luciano Duarte da Silva
Autores

Ilustrações e Imagens

As ilustrações e imagens disponibilizada nessa obra, foram construídos com uso da Inteligência Artificial Generativa Gemini

PRODUTO EDUCACIONAL

Autorizo, para fins de estudo e de pesquisa, a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, em meio convencional ou eletrônico, desde que a fonte seja citada.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brito, Acelmo de Jesus.

Vozes docentes: percepções de professores de matemática sobre a Política de Avaliação de Mato Grosso [manuscrito] / Acelmo de Jesus Brito; Luciano Duarte da Silva. - 2026.

xxxviii: 38 f.; il.

ISBN 978-65-01-88018-1

Produto Educacional (Doutorado) – Material Instrucional – IFG – Câmpus Jataí, Programa de Pós – Graduação em Educação para Ciências e Matemática, 2026.

Vinculado à tese: Impactos, influências e repercussões da Política de Avaliação Externa em Mato Grosso (Avalia MT) nos processos de ensino e aprendizagem de matemática.

1. Gerenciamento da aprendizagem. 2. Currículo escolar. 3. Avaliação em Larga Escala. 4. Trabalho docente. I. Silva, Luciano Duarte da. II. IFG, Câmpus Jataí. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Tratamento da Informação.

Bibliotecária: Rosy Cristina Oliveira Barbosa Sabino – CRB 1/2380 – C. Jataí. Cód. F37/2026-1.

Essa obra está licenciada sob CC - BY - SA 4.0



Essa obra está licenciada com uma licença Creative Commons - Atribuição não comercial- Sem derivações 4.0 internacional

Jataí/GO
2026

ATA DE DEFESA DE TESE

Na presente data realizou-se a sessão pública de defesa da Tese intitulada **IMPACTOS, INFLUÊNCIAS E REPERCUSSÕES DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO EXTERNA EM MATO GROSSO (AVALIA MT) NOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA**, sob orientação de Luciano Duarte da Silva, apresentada pelo aluno **Acelmo de Jesus Brito (20231020340011)** do Curso **Doutorado Profissional em Educação para Ciências e Matemática (Câmpus Jataí)**. Os trabalhos foram iniciados às **08:00** do dia **24/04/2026** pelo Professor presidente da banca examinadora, constituída pelos seguintes membros:

- **Luciano Duarte da Silva** (Presidente)
- **Paulo Henrique de Souza** (Examinador Interno)
- **Viviane Barros Maciel** (Examinadora Interna)
- **Márcio Urel Rodrigues** (Examinador Externo)
- **Edivagner Souza dos Santos** (Examinador Externo)

A banca examinadora, tendo terminado a apresentação do conteúdo da Tese, passou à arguição do candidato. Em seguida, os examinadores reuniram-se para avaliação e deram o parecer final sobre o trabalho apresentado pelo aluno, tendo sido atribuído o seguinte resultado:

☒ [X] Aprovado

☐ [] Reprovado

Nota :

Observação / Apreciações:

Produto educacional vinculado a tese "Vozes Docentes: Percepções de Professores de Matemática sobre a Política de Avaliação de Mato Grosso".

Proclamados os resultados pelo presidente da banca examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu **Luciano Duarte da Silva** lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora.

Documento assinado eletronicamente por:

- **EdivagnerSouzaDosSantos**, em 24/04/2026 11:20:57 com chave **cf91eb4c3fe811f18159005056a537a4**.
- **VivianeBarrosMaciel**, em 24/04/2026 11:21:30 com chave **e351f2da3fe811f18159005056a537a4**.
- **LucianoDuarteDaSilva**, em 24/04/2026 11:07:52 com chave **fb5c5dea3fe611f19b78005056a537a4**.
- **PauloHenriquedeSouza**, em 24/04/2026 11:09:27 com chave **3436b2823fe711f190c4005056a537a4**.
- **MárcioUrelRodrigues**, em 24/04/2026 11:12:18 com chave **9a2dd30e3fe711f19b78005056a537a4**

Este documento foi emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Ata de Projeto Final

Data da Emissão: 24/04/2026

Código de Autenticação: 8dcd93



Considerações Iniciais

A constituição das Avaliações Externas em Larga Escala como política educacional no Brasil deve ser compreendida como resultado de um processo histórico atravessado por influências internacionais, reformas do Estado, disputas nacionais e redefinições sobre o sentido da qualidade da educação. Esse movimento não surgiu de forma isolada no cenário brasileiro, mas se articulou a uma agenda internacional impulsionada por organismos como o Banco Mundial, o BIRD, o FMI e a OCDE, os quais passaram a exercer influência sobre os países em desenvolvimento por meio de financiamento, assistência técnica, produção de diagnósticos, metas comparativas e condicionalidades políticas.

As condicionalidades, nesse processo, aparecem como instrumentos de pressão indireta, capazes de subordinar políticas nacionais às diretrizes de organismos internacionais, produzindo tensões entre autonomia estatal, soberania educacional e adesão a modelos globais de regulação.

Nesse contexto, a educação passou a ser concebida como setor estratégico para o desenvolvimento econômico, a governabilidade social e o enfrentamento da pobreza, ao mesmo tempo em que se fortaleceu uma lógica gerencial pautada por eficiência, controle de resultados e mensuração do desempenho escolar.

No caso brasileiro, a consolidação das Avaliações Externas em Larga Escala ocorreu pela articulação entre influências externas e condições internas específicas. Embora as Avaliações Externas possam produzir informações relevantes para o diagnóstico, o monitoramento e a formulação de políticas públicas, seus usos nem sempre se limitam à finalidade pedagógica.

Ao longo do tempo, a avaliação em larga escala passou de um instrumento de produção de indicadores agregados para um dispositivo de gestão por resultados, comparação entre escolas, responsabilização de profissionais e, em alguns casos, premiação ou sanção material. Essa trajetória é interpretada a partir da classificação de Bonamino e Souza (2003), que distinguem três gerações de avaliações: a primeira, de caráter diagnóstico e amostral; a segunda, marcada pela divulgação pública dos resultados e por consequências simbólicas; e a terceira, caracterizada pela vinculação dos resultados a políticas de responsabilização forte, incentivos financeiros e pressão direta sobre escolas e professores.

A discussão permite compreender que o problema não reside necessariamente na existência da avaliação externa, mas nos sentidos, usos e consequências atribuídos a ela. Nesse sentido, autores como Gatti (2002), Souza e Oliveira (2003) contribuem para problematizar a necessidade de uma avaliação vinculada a finalidades educacionais mais amplas, orientada não apenas ao controle, mas à transformação das práticas, ao fortalecimento institucional e à melhoria efetiva das aprendizagens. De forma propositiva, a reflexão conduz à necessidade de repensar as Avaliações Externas em Larga Escala como instrumentos que devem estar a serviço de uma política educacional democrática, formativa e socialmente referenciada.

Assim, o desafio contemporâneo não é negar a relevância da avaliação, mas redefinir seus fundamentos, seus usos e seus impactos, de modo que ela contribua para a equidade, para o desenvolvimento dos sujeitos e para a construção de uma educação pública de qualidade.

Sugestão de leituras:

GATTI, B. A. Avaliação educacional no Brasil: pontuando uma história de ações. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 17-41, 2002.

SOUZA, S. Z. L. de; OLIVEIRA, R. P. de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-895, set. 2003.

BONAMINO, A.; SOUZA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

FONSECA, M. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 37-69, jan./jun. 1998.

Apresentação

Este livreto nasce do desejo de dar forma pública às vozes de professores de Matemática da rede estadual de Mato Grosso, que, cotidianamente, vivem os efeitos da política de avaliação do estado de Mato Grosso, o Avalia MT, em suas salas de aula, em seus planejamentos e em suas relações de trabalho. Nessa obra, traduzimos para uma linguagem situada numa zona de transição entre o acadêmico e o coloquial, a síntese dos resultados de uma pesquisa acadêmica, na perspectiva de promover uma divulgação científica que possa ter abrangência em outros meios além do acadêmico.

A pesquisa que sustenta esta obra foi uma Tese de Doutorado nominada “Impactos, Influências e Repercussões da Política de Avaliação Externa em Mato Grosso (Avalia MT) nos Processos de Ensino e Aprendizagem de Matemática”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG-Jataí/GO, defendida em 2026, encontrada no endereço eletrônico, <https://www.ifg.edu.br/component/content/article/83-ifg/campus/jatai/43757-teses-produtos-mestrado-ppgecm?showall=&start=1>

Os sujeitos da pesquisa foram 30 professores de Matemática atuantes em sete municípios do estado, que foram ouvidos por meio de uma entrevista semiestruturada. A partir desses depoimentos, buscamos compreender como o Avalia MT, articulado a outras políticas educacionais, como a disponibilização de Material Estruturado, Programas de Recomposição da Aprendizagem, de Formação Continuada e Gratificação por Resultado, reconfiguram o fazer docente e as formas de gestão da aprendizagem em matemática.

Esperamos que esta obra contribua para o debate sobre avaliação externa, principalmente da política de avaliação do estado de Mato Grosso, por apresentar as percepções dos professores em serviço nas escolas estaduais, nas vozes aqui sistematizadas. E que essas percepções possam atuar como parâmetro aos formuladores de políticas públicas, para mitigar os impactos e as tensões das avaliações sobre a aprendizagem, trabalho docente e indicadores.

Ficha de Descrição Técnica

Classificação do destinação do produto

PPT 1 – E-book, destinado à Educação Básica, especialmente ao contexto da rede estadual de ensino de Mato Grosso, com foco na área de Educação/Ensino de Matemática

Público-alvo

Professores, gestores escolares, formadores de professores, licenciandos e formuladores de políticas públicas educacionais.

Categoria deste produto

Material instrucional, livreto de divulgação científica, vinculado a uma tese de doutorado

Finalidade

sistematizar e tornar públicas as percepções de professores de Matemática sobre a política de avaliação externa Avalia MT, contribuindo para o debate, a reflexão e o aprimoramento das políticas educacionais

Organização do produto

O produto está organizado em seções que apresentam introdução, contribuições percebidas, desafios percebidos, tensões centrais, reflexões e orientações, e considerações finais.

Registro do produto

Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) – Câmpus Jataí.

Disponibilidade

Irrestrita, respeitando a autoria do produto. Sem permissão de comercialização por terceiros

URL

Repositório do IFG: <https://ifg.edu.br/jatai/campus/pesquisa/pos-graduacao?showall=&start=6>

Origem do produto

Programa de Pós-Graduação PPGECEM/IFG – Câmpus Jataí Doutorado Profissional em Educação para Ciências e Matemática.

Aderência

O produto buscou alinhar-se com a linha de pesquisa: Fundamentos, metodologias e recursos para a Educação para Ciências e Matemática, especificamente a sublinha: Ensino de Matemática.

Impacto

O PE sustenta um impacto potencial elevado, por explicitar os efeitos vividos pelos docentes levando um entendimento aos mesmos do seu próprio contexto, além de oferecer orientações objetivas que podem subsidiar ajustes de política, na ótica de quem executa de fato as ações da política, os próprios docentes.

Aplicabilidade

O Produto possui uma alta aplicabilidade, primeiro por ser facilmente acessível, como um e-book/livreto, com termos de disponibilização e indicação de licenciamento em Creative Commons, o que favorece circulação e uso por diferentes públicos e contextos formativos

Inovação

Compreendemos que o produto apresenta médio teor inovativo, é um modo de devolução pública, que sistematiza percepções docentes convertendo achados em categorias comunicáveis, nessa perspectiva, traduz o conhecimento científico formalizado pela análise de uma pesquisa em nível de doutorado, em um dispositivo articulado com a experiência docente, com uma linguagem situada numa zona de transição entre o acadêmico e o coloquial, o que a torna mais acessível.

Complexidade

O produto evidencia uma média complexidade, sendo um percurso com múltiplas etapas não se limitando a relatar a síntese dos resultados, ele articula diagnóstico, explicita tensões estruturais e faz encaminhamentos de aprimoramento.

Validação

Ocorreu em várias instâncias: durante o 2º Seminário de Validação das Propostas de Produto Educacional, na banca de qualificação dessa pesquisa. E, para finalizar, pela avaliação dos próprios sujeitos dessa pesquisa.

Sobre os Autores

Acelmo de Jesus Brito, Doutorando em Educação para Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) - Jataí/GO. Professor e formador de professores de matemática na Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT Campus de Barra do Bugres/MT.



Luciano Duarte da Silva, Doutor em Educação Matemática pela UNESP Rio Claro. Professor e formador de professores de matemática no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)- Goiânia/GO. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática (PPGECM) do IFG-Jataí/GO (Mestrado e Doutorado Profissional em Educação para Ciências e Matemática).

Agradecimentos

Agradecemos de forma especial, aos docentes que aceitaram participar da pesquisa, compartilhando experiências, percepções e sentimentos com sinceridade e coragem. Suas narrativas deram possibilidade a essa produção.

Registramos também nossos agradecimentos ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG, a Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, e de forma especial ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática nas Escolas/GEPEME, instituições e espaços formativos envolvidos no percurso dessa pesquisa, que contribuíram para o amadurecimento teórico, metodológico e desenvolvimento desse trabalho.

E por último e não menos importante, agradecemos aos professores Prof. Dr. Márcio Urel Rodrigues, Prof. Dr. Edivagner Souza dos Santos, Prof. Dr. Paulo Henrique de Souza e a Prof^ª. Dr^ª. Viviane Barros Maciel, que compuseram a banca, pelos encaminhamentos, reflexões e contribuições.



Sumário

INTRODUÇÃO ----- 14

**PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO
DE MATO GROSSO, DEBATES NECESSÁRIOS ----- 15**

TENSÕES CENTRAIS----- 26

REFLEXÕES E ORIENTAÇÕES----- 30

CONSIDERAÇÕES ----- 38

Introdução

Nas últimas décadas, a educação básica brasileira tem sido atravessada por um forte movimento de ampliação e sofisticação das políticas de avaliação externa em larga escala. Provas padronizadas, sistemas de indicadores, metas de desempenho, rankings e políticas de responsabilização passaram a compor o cotidiano das redes e das escolas, influenciando currículos, práticas pedagógicas e formas de gestão.

Em 2022, o estado de Mato Grosso criou o Programa EducAção – 10 Anos. Esse programa visa aprimorar as políticas estaduais de educação, por meio de projetos e ações que buscam melhorar a qualidade do ensino e os índices educacionais. O objetivo principal do programa é colocar o estado de Mato Grosso entre os 10 melhores do país no IDEB até 2026 e entre os 5 melhores, com erradicação do analfabetismo e do abandono escolar nos anos iniciais do ensino fundamental, até 2032. Para isso, monitora suas metas a partir de 6 pilares estratégicos, sendo: Impacto Educacional; Equidade e Diversidade.

Tecnologia e Educação; Valorização Profissional; Gestão para Resultados e Infraestrutura. Cada um dos pilares é constituído por um conjunto de políticas públicas educacionais; a política de avaliação, nominada Avalia MT, é uma dessas políticas.

Essa obra sintetiza os resultados de uma pesquisa que investigou quais as reverberações das ações implementadas pelo Avalia MT como política de acompanhamento e gerenciamento da aprendizagem de estudantes da rede estadual de ensino de Mato Grosso.

Mais do que a divulgação de registros, esta obra pretende ser um dispositivo de fala e de análise. De fala, na perspectiva das experiências e estratégias construídas pelos professores frente a esse cenário, e análise na perspectiva de como essa política pública impacta os professores em suas vidas profissionais e das contradições que atravessam a escola pública.

Percepções Docentes sobre a Política de Avaliação de Mato Grosso, Debates Necessários

A construção deste produto educacional parte da compreensão de que as políticas públicas educacionais, especialmente aquelas voltadas à avaliação externa e/ou larga escala, produzem efeitos concretos no cotidiano das escolas, nas práticas pedagógicas e nas condições de trabalho docente.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender como tais ações são percebidas pelos professores em serviço nas escolas, por que, vivenciam diretamente os impactos da implementação dessas políticas.

Desse modo, a organização desse tópico busca evidenciar que a efetividade de uma política educacional não depende apenas de seus objetivos declarados, mas também das condições concretas em que ela é implementada nas escolas.

Ao apresentar as percepções docentes sobre a política de avaliação de Mato Grosso, trazemos como debates necessários 10 fragmentos percebidos pelos professores a respeito desses impactos, esses fragmentos buscam subsidiar o debates entre professores, gestores, formadores e formuladores de políticas públicas, favorecendo a construção de caminhos mais coerentes com a realidade escolar e mais comprometidos com a aprendizagem dos estudantes.

Os fragmentos são intitulados: Infraestrutura e Tecnologia, Pressão e Cobranças por Resultados, Material Estruturado - Organização do Ensino, Material Estruturado - Realidade dos Alunos, Avaliação Diagnóstica, Sobrecarga de Trabalho, Formação Continuada, Intencionalidade Declarada, Recomposição das Aprendizagens, Autonomia Docente.

1 INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

A ampliação da infraestrutura escolar e a chegada de novas tecnologias foram apontadas pelos professores como um avanço perceptível. As escolas passaram a contar com ambientes climatizados, mobiliário renovado e melhores condições físicas para professores e alunos desenvolverem suas atividades.

No campo tecnológico, destaca-se a oferta de Chromebooks, internet mais estável e o acesso a plataformas educacionais. Esses recursos ampliaram as possibilidades didáticas dos professores.

Mesmo que existam alguns desafios, os professores reconhecem que esses investimentos representam um passo importante para constituir uma escola moderna e com condições necessárias para o desenvolvimento das suas atividades pedagógicas.



2 PRESSÃO E COBRANÇAS POR RESULTADOS

A pressão por resultados também aparece como uma das percepções de grande recorrência nas falas dos professores. Muitos relatam que a política de avaliação, ao se associar a metas, indicadores e comparações, intensifica a cobrança sobre a escola, sobre a gestão e, especialmente, sobre o docente. Essa lógica é vivenciada no cotidiano como um clima permanente de urgência para cumprir prazos, finalizar unidades, preparar turmas para as provas e garantir desempenho.

Segundo os professores, quando os resultados passam a ocupar o centro das decisões, a avaliação deixa de ser apenas um instrumento pedagógico e se transforma em mecanismo de controle, gerando competitividade, tensões entre profissionais e sensação de responsabilização individual, produzindo um ambiente de trabalho mais hostil e menos colaborativo.



3 MATERIAL ESTRUTURADO – ORGANIZAÇÃO DO ENSINO

O material estruturado ofertado pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso são apostilas fora do PNLD como material principal a ser utilizado pelos professores.

Esse material tem desempenhado um papel na organização do ensino em toda a rede estadual e no alinhamento das práticas pedagógicas entre as escolas. Para muitos professores, ele representa um avanço ao oferecer uma sequência de conteúdos, evitando discrepâncias entre turmas e garantindo que todos os estudantes tenham acesso ao mesmo percurso formativo.

Alguns professores destacam que o mesmo organiza e simplifica o trabalho do professor.



4 MATERIAL ESTRUTURADO – REALIDADE DOS ALUNOS

Embora o material estruturado seja reconhecido como um instrumento de organização do ensino em toda a rede estadual, sua efetividade depende de ajustes que considerem o ritmo das turmas, as especificidades regionais e a autonomia profissional do professor, garantindo que ele seja realmente um aliado no processo de aprendizagem, ao invés de um fator adicional de pressão.

Os professores revelam que a estrutura proposta nem sempre está articulada com a realidade dos alunos e, principalmente, com a carga horária prevista.

A quantidade de conteúdos, a abordagem teórica reduzida e a falta de exemplos e contextualizações tornam o material difícil de trabalhar no tempo previsto. Além disso, atividades e habilidades cobradas nas avaliações nem sempre estão plenamente contempladas nas explicações apresentadas.



5 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

O Avalia MT é reconhecido por parte dos professores como um importante instrumento de diagnóstico das aprendizagens dos estudantes. Ao oferecer dados sistematizados sobre o desempenho dos alunos, as avaliações possibilitam identificar habilidades consolidadas, defasagens nas aprendizagens dos alunos e áreas que demandam maior atenção pedagógica.

Nesse sentido, a avaliação tem potencial para atuar como um apoio ao trabalho docente. Mesmo os professores ressaltando que o caráter diagnóstico das avaliações só se concretiza quando os resultados são analisados com tempo, criticidade e intencionalidade pedagógica, a mesma, nessa perspectiva, é uma ferramenta valiosa de apoio ao trabalho docente.



6

SOBRECARGA DE TRABALHO

A sobrecarga de trabalho docente é uma das percepções mais recorrentes nas falas dos professores. Além das atividades próprias da sala de aula, como planejamento e ensino, os docentes passaram a acumular outras demandas associadas às avaliações externas, formações continuadas, recomposição de aprendizagens e alimentação de diversas plataformas digitais.

O volume de tarefas, muitas vezes concentrado em prazos curtos, extrapola as horas destinadas à atividade pedagógica e invade o tempo pessoal dos professores. Relatórios, registros, formações online, lançamento de dados e evidências para comprovações competem diretamente com o tempo necessário para planejar aulas de qualidade e realizar intervenções pedagógicas mais assertivas. Na percepção dos professores, corre-se o risco de comprometer tanto a qualidade do ensino quanto a saúde daqueles que sustentam o cotidiano da escola.



7

FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada aparece nas falas dos professores como um aspecto com pontos relevantes, sobretudo quando ocorre de forma mais específica para a área de Matemática. Essa especificidade acaba se articulando diretamente com as demandas do ensino da disciplina, e isso contribui para uma formação que favoreça o desenvolvimento profissional, por discussões mais direcionadas sobre conteúdos, metodologias e estratégias de ensino especificamente para Matemática.

Esse formato é percebido como avanço em relação a modelos anteriores de formação mais gerais, nos quais diferentes áreas se reuniam para tratar de temas comuns, com menor profundidade nas necessidades particulares de cada disciplina. No entanto, parte da formação que ocorre em plataformas digitais, colocada como meta para gratificação, é vista como, elemento de pressão e controle, além de desarticulada com a realidade das salas de aula.



8

INTENCIONALIDADE DECLARADA

Nas falas dos professores, a política de avaliação é frequentemente compreendida a partir de sua intencionalidade: melhorar os indicadores educacionais do estado. Muitos docentes reconhecem que há uma tentativa de organizar o trabalho pedagógico com base em evidências, ampliar o monitoramento dos resultados e produzir informações que subsidiem intervenções mais céleres e assertivas.

Nesse sentido, investimentos em infraestrutura, tecnologias e formação continuada são vistos como parte de um movimento mais amplo de modernização da escola e de fortalecimento de políticas públicas voltadas para a aprendizagem. Ao mesmo tempo, os professores destacam que a intenção da política só se concretiza plenamente quando existe coerência entre objetivos e condições reais de implementação.



9

RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

A recomposição das aprendizagens é reconhecida como uma proposta necessária, especialmente diante das defasagens acumuladas pelos estudantes, principalmente após a pandemia da Covid-19. No entanto, os professores a compreendem como inviável na prática, não por falta de importância, mas pela ausência de condições concretas para sua realização no cotidiano escolar.

Os relatos indicam que a recomposição tem sido incorporada como mais uma demanda entre muitas outras; com isso, o tempo disponível para diagnosticar dificuldades, planejar intervenções e acompanhar individualmente os estudantes torna-se insuficiente, fazendo com que a recomposição se fragilize.

Sem apoio institucional proporcional, sem apropriação dos dados, sem ampliação de carga horária, sem equipe específica ou reorganização do trabalho escolar, a recomposição corre o risco de se transformar em um objetivo declarado, mas pouco efetivado.



A perda de autonomia docente é apontada por muitos professores como uma das mudanças mais significativas no cotidiano escolar após a implementação da política de avaliação. As falas indicam que o planejamento e o ritmo das aulas passaram a ser fortemente condicionados pelo material estruturado, pelos prazos estabelecidos e pelo calendário das avaliações, reduzindo a margem de decisão do professor sobre como organizar o ensino de acordo com a realidade da turma.

A preocupação em “dar conta” das unidades previstas no currículo antes das provas frequentemente leva a escolhas pedagógicas mais aceleradas e menos flexíveis, o que pode comprometer a real formação ampla dos alunos.

Para os professores, a autonomia não é apenas liberdade individual, mas uma condição profissional necessária para responder às diferenças entre turmas, às especificidades locais e às necessidades reais dos estudantes, principalmente os que estão na escola na perspectiva da inclusão.



Tensões Centrais

Este item, detalha contradições e desafios que permeiam a política de avaliação de Mato Grosso, estes pontos representam eixos de instabilidade entre diferentes lógicas que contribuem para gerar instabilidades e desarticulações.

A discussão sobre as tensões centrais que atravessam a política de avaliação de Mato Grosso evidencia que a implementação de ações voltadas ao acompanhamento, à organização do sistema e ao monitoramento dos resultados não ocorre de forma neutra no cotidiano escolar. Ao contrário, tais ações produzem efeitos diretos sobre o trabalho docente, especialmente quando se articulam a prescrições, metas, indicadores e demandas institucionais que tendem a reorganizar a rotina das escolas. Apresentamos aqui três fragmentos de tensões que consideramos relevante para essa síntese.

A relação entre controle institucional e autonomia docente, pois, embora a política busque orientar o trabalho escolar e monitorar resultados, os professores reconhecem a autonomia como condição indispensável para adequar o planejamento às necessidades reais das turmas, retomar pré-requisitos, aprofundar conteúdos e propor intervenções pedagógicas.

A relação entre indicador e aprendizagem, que revela o perigo dos resultados mensuráveis ocuparem o centro das ações escolares, deslocando a avaliação de sua função diagnóstica e formativa para uma lógica de pressão, ranqueamento e cumprimento de metas.

Outro aspecto relevante diz respeito ao distanciamento entre os objetivos declarados da política e sua efetivação nas escolas. A política é construída e anunciada a partir de finalidades importantes, como melhorar aprendizagens, acompanhar resultados, fortalecer formações, ampliar tecnologias e apoiar a recomposição das aprendizagens; contudo, nas práticas escolares, acarretam excesso de demandas simultâneas, prazos reduzidos e pouca adequação às condições das unidades escolares.

controle Versus Autonomia

A implementação da política de avaliação tem sido percebida pelos professores como elemento de uma tensão constante entre controle institucional e autonomia docente. De um lado, há um conjunto de prescrições que orientam o trabalho escolar, que tendem a padronizar o ensino e monitorar resultados. De outro, está a necessidade de o professor exercer sua autonomia profissional para ajustar o planejamento às condições reais da turma, ao ritmo de aprendizagem dos alunos e às especificidades do contexto.

Nas falas docentes, o controle aparece quando a escola passa a organizar sua rotina em função do cumprimento de etapas e indicadores, reduzindo o espaço para escolhas pedagógicas mais flexíveis, projetos e metodologias diversificadas. Já a autonomia aparece como condição indispensável para ensinar com qualidade, pois é por meio dela que o professor retoma pré-requisitos, aprofunda conteúdos, faz intervenções e cria estratégias para estudantes com diferentes necessidades. A perda da autonomia docente é apontada por muitos professores como uma das mudanças mais significativas no cotidiano escolar após a implementação da política de avaliação.



DESAFIO CENTRAL

Como garantir acompanhamento e organização do sistema sem transformar a docência em mera execução de prescrições, preservando a autonomia como elemento formativo e profissional que sustenta a aprendizagem?

indicador Versus Aprendizagem

A política de avaliação de Mato Grosso coloca em evidência uma tensão entre a busca por indicadores e a promoção da aprendizagem real dos estudantes. Os professores reconhecem que os indicadores podem oferecer um retrato importante do desempenho e orientar decisões, porém relatam que, no cotidiano escolar, a pressão por metas e resultados tende a deslocar o foco das ações da escola para atingir as projeções estabelecidas para os indicadores, que nem sempre estão articuladas com as condições concretas para melhorar as aprendizagens dos alunos.

Quando o indicador se torna o centro das ações, a escola passa a se organizar prioritariamente em função do calendário das avaliações e do cumprimento de conteúdos a serem avaliados, o que pode provocar aceleração do ensino, redução de aprofundamento e menor espaço para intervenções pedagógicas. Nesse cenário, o risco apontado pelos docentes é que a avaliação deixe de cumprir sua função diagnóstica e formativa, transformando-se em instrumento de controle e ranqueamento, com pouca articulação com o processo de aprendizagem desenvolvido em sala.



DESAFIO CENTRAL

Como articular a avaliação como ferramenta de diagnóstico, garantindo que o foco de toda e qualquer ação seja a aprendizagem dos alunos, e que a melhora nos indicadores seja consequência da aprendizagem e não foco das ações?

Objetivos Declarados Versus Práticas Escolares

As tensões recorrentes entre a intencionalidade declarada da política e a forma como ela se concretiza na escola reconhecem que a proposta anuncia objetivos relevantes, como melhorar aprendizagens, acompanhar resultados, fortalecer formações, ampliar tecnologias e apoiar a recomposição. No entanto, muitos professores afirmam que, na prática, a implementação ocorre com excesso de demandas simultâneas, prazos apertados e pouca adequação às condições reais das unidades escolares.

Essa distância entre intenção e execução aparece quando políticas bem avaliadas no plano discursivo se tornam difíceis de efetivar no cotidiano, assim, o que foi pensado para apoiar a aprendizagem pode acabar sendo vivenciado como pressão, sobrecarga e perda de autonomia, fatores que contribuem para dificultar o desenvolvimento integral do estudante nos mais diversos contextos.



DESAFIO CENTRAL

Como garantir que as políticas que são concretizadas na escola tenham uma convergência com as políticas que estão declaradas nos documentos oficiais e nas retóricas dos formuladores de políticas públicas educacionais?

Reflexões e Orientações

O reconhecimento de que a implementação de uma política educacional não se encerra na formulação de programas, metas e instrumentos avaliativos, mas depende de sua capacidade de dialogar com as condições concretas das escolas e com os sujeitos que atuam diretamente em seu desenvolvimento. Nesse sentido, propomos diretrizes decorrentes dos dados analisados, com potencial para subsidiar ajustes que são necessários, especialmente no que se refere à escuta docente, à revisão dos materiais estruturados, à organização do calendário escolar e à articulação entre formação continuada, avaliação e práticas pedagógicas.

1 ESCUTA DOCENTE

Os professores, por estarem diretamente envolvidos na implementação das ações, acumulam informações práticas valiosas sobre o que funciona, o que precisa ser ajustado e quais são os efeitos de determinadas ações sobre a aprendizagem dos alunos, o clima escolar e as condições de trabalho.

Escutar os professores nos processos de avaliação e ajustes da política significa criar mecanismos permanentes e institucionais que aproveitem as informações acumuladas por eles para promover reflexões e realinhamento de rotas.



2

REVISÃO CONTÍNUA DO MATERIAL ESTRUTURADO

Embora o material contribua para organizar a sequência de conteúdos e oferecer uma referência comum para a rede, há uma desarticulação entre o que ele propõe e as condições reais de ensino, como carga horária prevista, ritmo de aprendizagem das turmas, especificidades regionais, níveis de desenvolvimento dos estudantes e defasagens nas aprendizagens deles.

Revisar o material implica reavaliar volume, linguagem e progressão de conteúdos, clareza conceitual, presença de exemplos, situações contextualizadas e atividades que dialoguem com a realidade de Mato Grosso, pois a matemática se mostra mais atrativa quando ela pode ser compreendida a partir das particularidades do nosso meio.



3

AJUSTE ENTRE O CALENDÁRIO E A REALIDADE

A rotina escolar tem sido fortemente condicionada por datas fixas de provas, prazos de plataformas e metas bimestrais, o que frequentemente obriga professores a acelerar conteúdos e a organizar o ensino mais para cumprir toda essa agenda, em detrimento da consolidação das aprendizagens pelos alunos.

Ajustar o calendário significa torná-lo mais realista e pedagógico. Isso implica em prever margens de flexibilidade para o currículo escolar prescrito, alinhar datas ao andamento efetivo das unidades, respeitar ritmos de aprendizagem e reconhecer que tempo é um elemento estruturante da qualidade do ensino. Com um calendário mais coerente, a avaliação deixa de figurar como um elemento de pressão ao cotidiano da escola e tende a recuperar sua função diagnóstica e formativa, apoiando o planejamento docente e contribuindo de forma mais efetiva para a aprendizagem dos estudantes.



4

AJUSTE DA ARTICULAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA/AVALIAÇÃO/MATERIAL ESTRUTURADO

A articulação entre formação continuada, avaliação e material estruturado é apontada como um eixo central para que a política produza efeitos reais na aprendizagem. Quando esses três componentes caminham de forma desconectada, o trabalho na escola se torna mais difícil.

Ajustar essa articulação significa garantir coerência entre esses componentes. O material deve apresentar conteúdos e habilidades com progressão adequada e tempo compatível para o desenvolvimento, a avaliação precisa estar alinhada ao que foi efetivamente proposto e trabalhado e a formação deve apoiar o professor justamente nos pontos críticos identificados, com subsídios teóricos, aprofundando conteúdos e subsídios metodológicos, além de oferecer estratégias para intervenção e recomposição, ou orientando a análise pedagógica dos resultados para uma apropriação.

Quando os resultados das avaliações retroalimentam a formação e a revisão do material, cria-se um ciclo formativo e pedagógico consistente, pautado no diagnosticar, planejar, intervir e reavaliar.



5

VIABILIZAÇÃO DA REAL RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM

Promover uma real recomposição das aprendizagens não alcançadas pelos alunos consiste em transformar as propostas de recomposição em ação efetiva no cotidiano escolar, a partir das condições concretas de execução dessas propostas.

Para que se torne viável, é fundamental que a mesma seja mais personalizada possível para as individualidades dos alunos. É necessário tempo institucional para diagnóstico, planejamento e acompanhamento, estratégias claras de intervenção e apoio com equipes de suporte, materiais adequados e momentos de acompanhamento formativo.

A recomposição efetiva se baseia em evidências, que respeitam a magnitude das defasagens individualizadas e asseguram continuidade no processo de aprendizagem. Quando apoiada por condições reais e integrada ao planejamento escolar, consolida-se como um caminho pedagógico concreto, com possibilidades reais de garantir o resgate desses alunos nos pontos em que as aprendizagens não foram consolidadas.



6 ATENÇÃO À SAÚDE DOCENTE

As percepções dos professores evidenciam que o acúmulo de demandas, a pressão por metas, a intensificação do trabalho e o clima de cobrança permanente têm produzido desgaste emocional, cansaço e, em alguns casos, adoecimento físico e psicológico. Quando a política gera um ambiente de urgência contínua, a escola corre o risco de se tornar um espaço de exaustão.

Cuidar da saúde docente não é uma ação paralela e deve ser vista como parte da própria qualidade do ensino. Nesse sentido, a política pode incorporar medidas concretas de proteção, como revisão de metas e prazos, redução de sobreposições, organização mais realista do calendário, racionalização de registros e plataformas, ampliação de tempos de planejamento e criação de estratégias de apoio psicossocial.

Valorizar a saúde docente é reconhecer que aprendizagem e bem-estar caminham juntos.



7

AVALIAÇÕES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Pensar as avaliações na perspectiva da inclusão significa reconhecer que os estudantes não aprendem nas mesmas condições, nem apresentam as mesmas necessidades, e que a política avaliativa precisa garantir equidade.

Uma observação com grande relevância feita pelos professores é que alunos público-alvo da educação especial e outros grupos com necessidades específicas são avaliados pelos mesmos instrumentos, prazos e formatos, sem adaptações suficientes. Isso pode produzir resultados que não refletem a aprendizagem real desses estudantes e ainda amplia a responsabilização do professor por fatores que extrapolam sua atuação individual.

A avaliação inclusiva exige critérios e procedimentos claros de adaptação, instrumentos acessíveis, adequações de tempo e formatos quando necessário, além de orientações pedagógicas que considerem os Planos de Atendimento Educacional Especializado e as especificidades do estudante. Além disso, a inclusão precisa aparecer não apenas no momento da prova, mas no ciclo completo da política: formação dos professores, materiais didáticos, devolutivas e planejamento de intervenções.



Considerações

As percepções docentes sistematizadas neste livreto revelam um cenário marcado por avanços importantes, mas também por tensões que desafiam a efetividade da política de avaliação externa de Mato Grosso no cotidiano escolar.

Essas ações são vistas como um movimento de modernização da escola e de esforço para organizar o sistema e produzir informações sobre o desempenho dos estudantes. Por outro lado, as percepções dos professores indicam que a forma de implementação tem produzido efeitos críticos que podem ser atenuados.

Este livreto, como instrumento de diálogo, busca contribuir para a qualificação da política de avaliação do estado de Mato Grosso, a partir das percepções de quem está com a responsabilidade da implementação da maioria das ações dessa política. Dar centralidade à voz dos professores não é apenas reconhecer suas dificuldades, mas fortalecer a construção de soluções mais realistas, colaborativas e comprometidas com o que deve ser a finalidade maior de qualquer política educacional. Assegurar o direito constitucional dos alunos a aprender.

Esperamos que todas as percepções, apontamentos e sugestões organizadas nesse material, possam de fato, contribuir para o diálogo, ajustes e formulação de outras políticas públicas educacionais que possam contribuir para melhorar a educação de Mato Grosso e do Brasil.



Acelmo de Jesus Brito
Luciano Duarte da Silva